

Protocolo de Prevenção à Violência nas Escolas (PREVINE)

I. Apresentação

Esse protocolo é uma contribuição da sociedade civil, destacadamente de algumas entidades, associações e pesquisadores, ao Município de Porto Alegre. Nosso objetivo foi o de sistematizar informações e orientações práticas aos gestores para contribuir com a prevenção da violência nas escolas.

Todas as sugestões apresentadas aqui estão amparadas em fortes evidências colhidas em estudos científicos nacionais e internacionais. A ideia é a de oferecer um guia para a ação, com foco em iniciativas e compreensões que possam, de fato, produzir resultados.

O Grupo de Trabalho (GT) formado para elaboração desse material colocase, desde agora, à disposição das escolas para auxiliar no que estiver ao seu alcance.

O texto inicial desse Protocolo esteve em consulta pública na Internet por 45 dias, providência que permitiu o recebimento de críticas, sugestões e melhorias.

A todos e a todas que se envolveram nos debates e que ajudaram remetendo textos, pesquisas e proposições, nossos mais sinceros agradecimentos.

Marcos Rolim
Coordenador do GT

II. Introdução

Boa parte das escolas brasileiras têm convivido com práticas violentas, nem todas reconhecidas amplamente como tais. Nesse Protocolo, tratamos da violência como um fenômeno complexo com muitas manifestações, desde a brutalidade, a utilização injusta da força e da intimidação, até as dimensões socioculturais que amparam formas de “microviolência”, como as agressões verbais, xingamentos, incivildades, desrespeitos, ofensas, modos grosseiros de se expressar e as manifestações da violência que se confundem com o cotidiano das escolas¹. Estudo sobre violência escolar realizado pela FLACSO revelou que, em seis cidades no Brasil, 84% dos estudantes consideram sua escola violenta e 70% reportaram ser vítimas de violência escolar, que inclui violência física, discriminação e exclusão social entre outros comportamentos. Os alunos que enfrentam violência e outros riscos podem sofrer efeitos negativos incluindo baixo rendimento escolar, baixo nível de concentração, alto índice de absenteísmo e abandono escolar².

Uma das preocupações básicas de prevenção à violência nas escolas, em todo o mundo, é o “clima escolar”. A expressão designa o conjunto de percepções e expectativas compartilhadas na comunidade escolar. Cada escola possui um ambiente que lhe é próprio e que irá influenciar seu desempenho institucional, estimulando ou constringendo a Educação. Os resultados obtidos nessa interação retornam, produzindo efeitos sobre o clima da escola, de maneira que um bom ambiente estimula bons resultados que, por sua vez, melhoram a atmosfera psicossocial da instituição, assim como um clima escolar deteriorado dificulta a produção de bons resultados, processo que agrava o próprio ambiente³.

¹ Abramovay, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas violências nas escolas**. FLACSO, Brasil, 2015.

² UNESCO. *Tackling Violence in Schools: The Role of UNESCO/Brazil*.2003 e Abramovay, M. e Ruas, M.G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

³ Ver: **Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar** / coordenação: Telma Pileggi Vinha, Alessandra de Moraes, Adriano Moro. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2017.

Segundo os estudos na área⁴, o clima escolar impacta fortemente na motivação dos alunos e pode ser um fator protetivo capaz de reduzir o estresse de crianças e adolescentes que vivem em áreas de exclusão social marcadas pela violência. Segundo estudo realizado pelo Instituto do Cérebro (InCer)⁵, com apoio do BID, 7% dos adolescentes da rede estadual de educação em Porto Alegre foram vítimas de crime convencional; 18% foram maltratados; 32% passaram por agressão de familiares e 37% foram vítimas indiretas ou testemunhas de violência. A realidade vivida na rede municipal situa-se, possivelmente, em um contexto similar. O que esse estudo demonstra, reforçando as evidências internacionais, é que o estresse é um fator inibidor do aprendizado, o que chama a atenção para a necessidade das escolas serem espaços de acolhimento e não outro fator estressante. Pensar em prevenção a partir do clima escolar é muito diferente de pensar em prevenção a partir de grades, detectores de metal, câmeras, seguranças armados, etc. Recursos desse tipo reforçam a noção de que a escola é um espaço onde casos graves de violência tendem a ocorrer, o que tende a piorar o clima escolar, ao invés de prevenir a violência⁶.

Muitos casos de violência podem ser prevenidos nas escolas quando há política consistente que evite o desrespeito cotidiano, o *bullying*, as humilhações promovidas pelo racismo, pela desigualdade de renda, pelo machismo e pela homofobia. O fenômeno do *bullying*, embora comentado e razoavelmente conhecido no Brasil, segue largamente subestimado pelos gestores (governantes, secretários, diretores). Como regra, as escolas não possuem abordagens *antibullying*, definidas a partir de diagnósticos concretos. Enquanto isso, todos aqueles estudantes que se afastam, ainda que minimamente, de um “modelo” físico, étnico, sexual e comportamental seguem sendo cotidianamente tiranizados por colegas mais fortes e mais influentes, sem que as próprias escolas saibam as verdadeiras dimensões do problema. O fenômeno, como se sabe, afeta o rendimento dos alunos, está associado à evasão escolar⁷ e aumenta em muito o risco de atos mais graves de violência.

Os temas do racismo e da homofobia são, nesse particular, muito importantes e merecem atenção especial. Na lista de insultos há referências negativas à cultura afro-brasileira, indicando a presença na escola de uma

⁴ Thapa, *et al.*, A. A review of school climate research. **Review of Educational Research**, v.83, n.2, 2013.

⁵ Buchweits, A. *et al.* Violence and Latin-American preadolescents: A study of social brain function and cortisol levels, *Developmental Science*, 2019

⁶ Ver: <http://theconversation.com/why-security-measures-wont-stop-school-shootings-90738>

⁷ Cornell, *et al.* Perceived Prevalence of Teasing and Bullying Predicts High School Dropout Rates. **Journal of Educational Psychology**, Vol. 105, No. 1, 138–149, 2013.

orientação cultural avessa não somente à diversidade, mas intolerante em relação a determinadas religiões e práticas culturais, tendentes à desumanização dos negros. É comum que alunos negros não sejam chamados por seus nomes próprios, mas por apelidos racistas. As meninas, além disso, são estigmatizadas pelos cabelos crespos e por não reproduzirem os padrões estéticos eurocêntricos. De outra parte, alunos e alunas não identificados pelos estereótipos de gênero são estigmatizados como homossexuais, inclusive quando não possuem essa orientação. A quantidade de sofrimento que esse tipo de intolerância produz não pode ser tolerado pelas escolas.

É muito importante que as escolas tenham professores capacitados na metodologia de superação de conflitos conhecida como Justiça Restaurativa e que essa abordagem seja usada sempre que possível ao invés das tradicionais perspectivas de punição que tende a agravar conflitos ao invés de resolvê-los. Após um conflito ou dano causado por um (a) ou mais alunos (as), as práticas restaurativas estimulam uma maneira de pensar, falar e responder aos problemas, envolvendo todos os participantes para discutir seus sentimentos e opiniões, identificando o que de fato ocorreu, os motivos dos envolvidos, como a ocorrência afetou a todos e quais as soluções a serem construídas para que as relações sejam restabelecidas em um patamar superior de respeito e dignidade.

Todas as pessoas de uma comunidade escolar estão expostas a riscos, mas algumas delas estão muito expostas. É preciso começar a avaliar os riscos atuando, prioritariamente, com as pessoas que estão mais expostas. Os riscos são de distintas naturezas. Há riscos naturais que podem produzir enormes danos (como enchentes, tempestades, ventanias, temperaturas extremas, etc); tecnológicos (como contaminações tóxicas, vazamentos ou explosões de laboratórios, falta de luz, falta de água, etc); riscos biológicos (doenças infecciosas como meningite, tuberculose, gripe; contaminação de alimentos por salmonela, etc) e há riscos comportamentais (como disparos de arma de fogo, ameaças criminais como bombas, gangues, suicídio, automutilação, violência doméstica e abuso sobre crianças e adolescentes). Todas as escolas devem considerar esses e outros riscos e adotar medidas que, progressivamente, possam reduzi-los.

Tragédias produzidas por atiradores em escolas são eventos raros, mas é preciso prestar atenção ao tema já que lidamos com alguns fatores de risco que podem permitir a repetição de tragédias como a ocorrida em Suzano (SP), recentemente. Esses eventos também podem ser evitados ou, pelo menos, terem seu potencial de dano reduzido se todos na souberem o que fazer diante de uma ocorrência dessa gravidade. Como regra, os incidentes com tiros em escola são muito rápidos. Nos EUA, eles costumam não durar mais do que cinco minutos. Isso significa que os policiais dificilmente chegarão a tempo de impedir a ação do

atirador. Por isso, a atitude tomada pelos professores, funcionários da escola e alunos é decisiva para salvar vidas e reduzir danos.

É comum que, em situações de ameaça gravíssima, as pessoas tenham dificuldades de agir de acordo com instruções. Algumas terão dificuldades de se movimentar, outras adotarão procedimentos irracionais de luta ou fuga⁸. Para que isso não ocorra e para que um grupo grande possa se mover racionalmente em momentos daquela natureza (como nos casos de incêndio ou de um atirador na escola), é preciso que cada um saiba qual é a sua responsabilidade específica e que as escolas propiciem treinamentos e simulações periódicas.

É comum, infelizmente, que algumas pessoas, especialmente em episódios depressivos durante a adolescência, pensem em suicídio. A maioria das pessoas com ideação suicida não atenta contra sua vida, mas uma parte delas pode, de fato, passar da intenção ao ato. Em regra, pessoas que cometem suicídio agem impulsivamente, seguindo pensamentos rígidos que podem ser alterados. Por isso, a abordagem preventiva também no momento da crise é decisiva. O humor deprimido, a falta total de interesse, os sentimentos de culpa ou desesperança, a letargia ou a agitação psicomotora e alterações no sono são sintomas que podem estar associados a riscos maiores de suicídio e a casos de automutilação. Estudo recente do Ministério da Saúde⁹ mostra que, entre 2012 e 2016, o risco de suicídio de jovens negros até 29 anos aumentou no Brasil em 12% e o índice de suicídios entre brancos se manteve estável. Entre jovens negros, o índice de suicídio é 45% maior do que o de brancos. Esses dados reforçam a necessidade de que o tema do racismo seja mais amplamente tratado nas escolas, desde cedo.

Diante desses desafios, entendemos que a prevenção à violência na escola é uma das prioridades da Educação no Brasil e que deve ser enfrentado com base em evidências, superando-se, assim, o voluntarismo, o improviso e a repetição de iniciativas que podem estar cheias de boas intenções, mas cujos resultados nunca foram propriamente avaliados e que, frequentemente, produzem efeitos indesejados.

O Previne pode auxiliar o Município a desenvolver um plano de ação, sendo que o checklist proposto ao final viabiliza um instrumento de gestão por escola, para ações de curto, médio e longo prazo, com a definição de responsáveis pela sua implementação. O plano poderia ser monitorado a cada seis meses para verificar em que medida houve avanços e construir iniciativas para destravar as

⁸ Características presente na chamada Reação ao Estresse Extremo (*Extreme Stress Reaction - ESR*).

⁹ http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf

ações não iniciadas ou que necessitem apoio para sua implementação. No plano de ação, recomenda-se que cada escola inicie o seu planejamento com a construção de uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) referentes ao programa de combate a violência na escola.

a) Construindo um bom clima escolar

O clima escolar reflete a satisfação dos professores, alunos e funcionários em estar na escola. As pessoas costumam não gostar do ambiente escolar quando a) imaginam que não há sentido em estar ali, b) quando não se sentem acolhidas ou valorizadas e c) quando são agredidas, ameaçadas ou ridicularizadas. Ambientes onde as pessoas não são reconhecidas e respeitadas costumam ser tóxicos e estimulam a violência e a exclusão. Por isso, devemos prestar atenção ao clima escolar e medi-lo, periodicamente, com instrumentos apropriados. Como medidas gerais, propomos:

1. O Município deve oferecer apoio sistemático aos professores e formação continuada a respeito do que funciona na prevenção à violência nas escolas, articulando e garantindo a participação da rede de serviços públicos de forma que cada escola possa contar com o aconselhamento e os serviços de profissionais da Psicologia, da Medicina e do Serviço Social, entre outros¹⁰.
2. Cada escola deve propiciar atividades regulares e sistemáticas de formação com os alunos onde os temas que mais comprometem o clima escolar, como a violência, o preconceito, a intolerância, o egoísmo e o isolamento, sejam objetos de debate, reflexão e proposição.
3. Oficinas com especialistas ou pequenas encenações teatrais (esquetes) ou vídeos produzidos pelos alunos promovem mais engajamento do que palestras e tendem a ser mais eficientes na medida em que constroem deslocamentos afetivos¹¹.
4. As escolas devem oferecer incentivos aos alunos que mantenham posturas solidárias e empáticas. Prêmios, agradecimentos, mensagens positivas aos pais, entre outros pequenos gestos de reconhecimento público podem ser muito importantes.

¹⁰ Ttofi, M.M. and Farrington, D.P. What works in preventing bullying: effective elements of anti-bullying programmes. **Journal of Aggression, Conflict and Peace Research**, Vol. 1 (1), p. 13-24, 2009.

¹¹ Thompson, F. and Smith, P. Anti-bullying strategies in schools: What is done and what works. **British Journal of Educational Psychology**, vol. 2, nº. 9, p. 154-173, 2012.

5. Os professores devem estruturar atividades em grupo que mesclam alunos a partir de critérios de diversidade, construindo, por exemplo, um equilíbrio de gênero, etnia e condição socioeconômica, de modo a não reforçar pela inércia a reprodução de dinâmicas naturais de exclusão.
6. Cada turma deve ter uma “Comissão S” (“S” de Solidariedade), com mandato curto de, no máximo, 30 dias, de forma a permitir um rodízio para que todos os alunos da turma a integrem em algum momento. Uma das principais missões dessas Comissões é identificar os colegas que estão isolados nos períodos de recreio e envolvê-los com as brincadeiras e as atividades dos demais. As Comissões S deverão auxiliar alunos vítimas de Bullying e reportar aos professores casos de colegas em sofrimento ou que estejam ameaçados. Ao mesmo tempo, os integrantes das Comissões S conversarão
7. com os colegas sobre brincadeiras de mau gosto, apelidos e posturas agressivas, mostrando o quanto essas condutas reproduzem ciclos de mais violência.
8. Cada turma deve viabilizar um círculo de conversa mensal sobre conflitos e problemas da escola a serem superados. É preciso dar voz aos alunos e construir com eles pactos de convivência democrática. Normas e regimentos internos terão maior adesão na medida em que se permitir aos concernidos por elas um espaço real, ainda que limitado, de participação nas decisões. Nesses espaços regulares de reunião, temas como os projetos de futuro, medos e angústias dos alunos, assim como suas esperanças e sonhos, podem e devem ser debatidos, para que as experiências e as expectativas de todos circulem em um ambiente de acolhimento e respeito.
9. Uma escola pública é uma instituição da comunidade, que deve ser vista por todos os residentes como a sua escola. Para tanto, é fundamental que a comunidade utilize a escola, acesse seus recursos, se reúna em seus espaços e, tanto quanto possível, possa também aprender ali. É preciso criar uma identificação das comunidades com suas escolas, um objetivo do qual temos nos afastado por conta da sensação de insegurança e das medidas de proteção ao patrimônio que terminam por “isolar” as escolas de seu entorno. Cada escola deveria desenvolver um projeto de “Comunidade na escola”, com ações específicas de engajamento comunitário e promoções culturais.
10. O Município deve desenvolver orientações claras a respeito das formas adequadas e inadequadas de contato físico entre professores e alunos no contexto escolar, além do tipo de interação em sala de aula, incluindo linguagem, uso de técnicas de superação de conflitos, como a Justiça

Restaurativa¹², e métodos de manejo sistêmico de disciplina em sala de aula, como o “Jogo do Bom Comportamento”¹³.

11. Cada escola deve possuir uma cartilha básica com as regras de segurança vigentes na Instituição e com as orientações que deverão ser observadas por pais, professores, funcionários e estudantes. Esse documento será de amplo conhecimento na comunidade escolar, servindo como uma Constituição da escola. Pais, professores, funcionários e alunos terão exemplares desse material que deverá ser trabalhado também como conteúdo de formação cidadã permanente.
12. A obrigatoriedade do uso de uniformes nas escolas é uma prática republicana, correlacionado a resultados positivos, inclusive quanto à prevenção da violência, cabendo ao Município assegurar aos alunos o acesso a esse recurso. A regra facilita a formação de uma identidade estudantil, promovendo a noção de pertencimento a uma comunidade onde todos possuem os mesmos direitos e obrigações; por outro lado, estimula um clima escolar mais adequado à concentração nas atividades acadêmicas, à disciplina e à segurança. Os efeitos benignos quanto à segurança dos alunos se verificam, também quando dos trajetos percorridos pelos alunos uniformizados na ida para a escola e no retorno para casa¹⁴.

b) Identificando riscos e ameaças na escola

13. Cada escola deve formar um Grupo de Avaliação de Riscos (GAR)¹⁵ integrado por, pelo menos, um professor, um profissional da Psicologia, um guarda municipal e um representante dos estudantes. Na formação desse grupo, será importante contar com as orientações de um especialista. O GAR de cada escola deve atuar conjuntamente com a CIPAVE, se houver,

¹² Thompson & Smith (2012), Ob cit.

¹³ Evidências a respeito do *Good Behavior Game*, utilizado entre crianças de primeira e segunda séries, revelam que, além do impacto imediato em sala de aula, a técnica promove efeitos preventivos de longo prazo em adultos. Poduska *et al.* Impact of the Good Behavior Game, a Universal Classroom–Based Behavior Intervention, on Young Adult Service Use for Problems with Emotions, Behavior, or Drugs or Alcohol. **Drug Alcohol Depend.** jun 1; 95(Suppl 1): p. 29-44, 2008.

¹⁴ Dra, Virginia A.B. **School Uniforms in Urban Public High Schools.** Dissertations/Theses - Doctoral Dissertations Youngstown State University, 2005 e Behling, D.U. and Willians, E.A. Influence of dress on perception of intelligent and expectations of scholastic achievement. **Clothing and Textiles Research Journal**, 9, 17-21; 1991.

¹⁵ As experiências exitosas de prevenção à violência nas escolas costumam contar com estruturas do tipo. Nos EUA, esses grupos são chamados de *Threat Assessment Teams*.

e de forma articulada com a direção e com as instâncias de representação da comunidade escolar.

14. O GAR deverá identificar nas escolas os locais mais prováveis para a ocorrência de práticas violentas (como espaços sem monitoramento por adultos e sem câmeras), os locais que apresentam maiores riscos de acidentes (quedas, ferimentos, contaminação...), locais que possam facilitar entradas não autorizadas na escola, circunstâncias que dificultem a entrada e/ou deslocamento de socorristas e deficiências estruturais (como fragilidades nos sistemas de comunicação, pouca iluminação, etc) propondo medidas que superem ou reduzam esses riscos.
15. Cabe ao GAR, também, monitorar a situação dos estudantes que tenham passado por traumas recentes (como a perda de familiar ou amigo) ou que estejam em sofrimento psíquico, tomando medidas que assegurem o acompanhamento profissional dos envolvidos.
16. Informações que se refiram a professor, funcionário ou aluno em termos ameaçadores, circulando pela escola ou pelas redes sociais, devem ser avaliadas pelo GAR com especial cuidado. Se houver risco efetivo, o Grupo deve sugerir providências imediatas à direção.
17. Toda informação que envolva risco de violência letal, ainda que o risco seja considerado pequeno, deverá ser comunicada à polícia imediatamente.
18. Cada escola deverá disponibilizar, em espaços de circulação interna, urnas para recolhimento de informações sobre ameaças, situações de violência em curso, denúncias de *bullying*, racismo, homofobia ou qualquer tipo de relato que ajude a escola a tomar medidas de proteção.
19. Todas as escolas devem construir, colaborativamente, um plano de evacuação que permita, em casos de emergência, a rápida e segura retirada de todos os que estão dentro dos prédios.
20. Treinamentos periódicos de evacuação devem ser feitos, com ou sem aviso prévio, de forma que todos os membros da comunidade escolar assimilem os procedimentos de evacuação como parte de suas atividades de rotina.
21. As direções das escolas devem formar grupos de *WhatsApp* com policiais militares e civis, bombeiros e guardas municipais, especialmente designados por suas corporações, para troca de informações sobre segurança e conselhos na área. Esse mesmo recurso permitirá comunicação efetiva e ágil em casos de emergência.
22. Cada escola deve formar brigadas anti-incêndio, com o auxílio do Corpo de Bombeiros, de modo que, em cada sala de aula, exista um brigadista preparado para orientar os demais em casos de emergência.

c) Medidas antibullying

23. Iniciativas *antibullying* podem reduzir significativamente a incidência do fenômeno nas escolas. As evidências mais fortes disponíveis mostram que programas que procuram capacitação dos pais, melhorias na supervisão dos pátios e áreas de recreio, métodos eficientes de disciplina em sala de aula, trabalho com os pares e regras claras a respeito da convivência em sala de aula estão entre as abordagens mais efetivas¹⁶.
24. Cada escola deve oferecer, desde a primeira infância¹⁷, conteúdos interdisciplinares e desenvolver atividades culturais que promovam a cultura de paz, valorizem a liberdade e a democracia, que desenvolvam a igualdade racial, de gênero e de orientação sexual, que respeitem as crenças e os ceticismos, que respeitem as diferenças entre as pessoas e que promovam a inclusão daquelas com deficiência ou fragilidades de qualquer ordem.
25. Uma abordagem *antibullying* eficiente deve envolver os pais e toda a escola, de tal forma que ela mesma seja construída como um espaço de inclusão e de valorização da diversidade. Nesse ambiente mais amplo, os alunos serão estimulados a manifestar empatia para com as vítimas e rejeição à conduta dos agressores e saberão qual a forma mais eficiente de responder ao *bullying*¹⁸.
26. As escolas devem incentivar o relato a respeito de práticas de *bullying* e *cyberbullying*, disponibilizando meios que permitam o recebimento de denúncias tanto anônimas quanto confidenciais a respeito de qualquer prática violenta ou que represente ameaça¹⁹.
27. Além da abordagem preventiva, cada escola deve ter uma política definida para a atenção às vítimas do *bullying*, ou seja: uma abordagem responsiva. Nessa dimensão, deve-se evitar, tanto quanto possível, respostas meramente repressivas aos autores, apostando nas chances de mudança

¹⁶ Ttofi & Farrington (2009), Ob cit.

¹⁷ Há abordagens *antibullying* em animações para crianças como em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/6748/a-tecnologia-como-aliada-no-combate-ao-bullying>

¹⁸ https://antibullying.nsw.gov.au/media/documents/Anti-Bullying-in-Schools_What-Works.pdf

¹⁹ Ansary, *et al*, Guidance for schools selecting antibullying approaches: Translating evidence-based strategies to contemporary implementation realities, **Educational Researcher**, vol. 44, no. 1, pp. 27-36, 2015.

de comportamento pelo desenvolvimento de novos compromissos e de uma melhor consciência.

28. É importante que a escola esteja sempre decorada com cartazes e campanhas, além de trabalhos dos próprios alunos, que expressem o ideal da inclusão, que retratem o *bullying* e o *cyberbullying* como práticas covardes e que promovam a diversidade. As escolas devem, também, convidar pessoas de grupos que são frequentemente alvo de preconceito ou de exclusão, incluindo pessoas com deficiência, para que conversem com os alunos, relatando suas experiências.
29. Os professores devem estar atentos para proteger os alunos que possuem mais chances de serem vítimas de *bullying* e *cyberbullying*, o que inclui, inclusive, a proibição do uso de apelidos humilhantes. Via de regra, entre os alunos vitimados costumam estar os negros, os mais pobres, os mais tímidos, os mais frágeis fisicamente, os que não reproduzem os estereótipos de gênero, os alunos com algum tipo de deficiência ou diferença física, os que têm alguma dificuldade de fala, os que têm baixo rendimento, mas também os que possuem as melhores notas, etc.
30. As escolas devem garantir o cumprimento no disposto pela Lei 10.639/2003, que determinou a inclusão de conteúdos de história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos, propiciar o contato dos docentes com materiais, objetos, músicas, literatura e obras de arte de autores africanos, promover atividades culturais no dia da consciência negra e salientar a importância da miscigenação na composição do povo brasileiro.
31. As escolas devem incentivar o acolhimento de alunos tidos como "incomuns" seja por sua origem, religiosidade ou condições físicas. Festas, faixas de boas-vindas e rodas de apresentação podem ser usadas para que os alunos sejam efetivamente acolhidos.
32. A escola deve buscar contato com a família dos alunos mais carentes, para informar dos seus direitos de amparo social. Em todas as atividades que exijam algum tipo de contribuição financeira das famílias (passeios/excursões, trabalhos escolares muito complexos que demandem materiais extras, etc) deve-se buscar soluções que viabilizem a participação de todos.

d) Ideação suicida e automutilação

33. É fundamental que as escolas referenciem todos os casos de alunos/as com sintomas de depressão na rede de saúde do Município. Histórico familiar de suicídio, doença mental, uso de drogas, acesso à arma de fogo

e ser do sexo feminino, são fatores de risco para suicídio entre crianças e adolescentes²⁰.

34. Casos de automutilação percebidos pela escola devem ser, obrigatoriamente, comunicadas ao conselho tutelar²¹. Caso o professor tenha dúvida sobre se um (a) aluno (a) está se automutilando, deve, no momento oportuno e reservadamente, com naturalidade e cuidado, perguntar sobre comportamentos autolesivos. É importante que isso seja feito em um momento em que o professor esteja disponível para escutar, que não exista qualquer abordagem acusatória ou preconceituosa e que o jovem seja estimulado a contatar um profissional da rede de apoio.
35. Perguntar sobre ideação suicida não aumenta o risco de suicídios. Pelo contrário, há evidências de que tratar claramente do tema pode reduzir a frequência de pensamentos suicidas em pacientes²². As escolas devem fazer campanhas, divulgando os recursos disponíveis de ajuda no município, divulgando *hot lines* como a do Centro de Valorização da Vida (CVV- disque 188), entre outras iniciativas. Pesquisas realizadas pelo CVV indicam que mais de 90% dos casos de tentativa de suicídio podem ser evitados quando a pessoa encontra alguém em quem possa confiar a ponto de partilhar a dor que sente.

e) Disciplina e tratamento de conflitos

36. Cada escola deve possuir regras disciplinares claras e amplamente conhecidas por professores, alunos, funcionários e pais ou responsáveis legais. Tais normas devem situar os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar em documento próprio, impresso em formato que facilite sua ampla divulgação na comunidade escolar e/ou estar disponível na Internet.
37. Cada escola deve dispor de documento próprio onde constem os procedimentos a serem aplicados em caso de suposto desrespeito a um direito ou não cumprimento de um dever. Tal documento deve ser impresso em formato que facilite sua ampla divulgação na comunidade escolar e/ou estar disponível na Internet.

²⁰ Suicide Prevention in Children and Adolescents, The Children's Hospital of Philadelphia.

²¹ Observar o disposto na [Lei 13.819/2019](#) que instituiu a “Política nacional de prevenção à automutilação e ao suicídio”

²² Dazzi *et al.* Does asking about suicide and related behaviours induce suicidal ideation? What is the evidence? **Psychological Medicine**, 44 (16), p. 3361-3, 2014.

38. Conflitos entre alunos nas escolas devem ser preferencialmente tratados com abordagem restaurativa²³, seguindo os padrões internacionais de círculos restaurativos²⁴ que superem conflitos por pactos firmados entre as partes, mediante o auxílio de facilitador capacitado na metodologia restaurativa.

f) Armas de fogo

39. Escolas devem ser ambientes livres de armas de qualquer tipo. As regras disciplinares das escolas devem sublinhar que não será tolerado o porte de arma de fogo ou de qualquer outra arma dentro da escola e que apenas policiais em serviço poderão portar armas naquele espaço. A não observância dessa regra será considerada gravíssima e exigirá comunicação à polícia.

40. Alunos que manifestam especial interesse por armas de fogo, que possuem fácil acesso a elas, que costumam navegar pela *deep web*, que naturalizam a violência, que manifestam posturas agressivas e que experimentam fortes frustrações, especialmente de natureza sexual,²⁵ possuem mais chances de planejar ataques às escolas com armas. É preciso monitorá-los, prestar atenção ao que dizem e estimular seus colegas a relatar qualquer menção feita por eles a respeito de planos violentos.

41. As escolas devem informar aos pais ou responsáveis legais que:

- . Brincar com armas de fogo é a causa mais comum para mortes acidentais de crianças.
- . Uma em cada três armas são guardadas carregadas e em locais não seguros e três em cada quatro crianças sabem onde as armas estão.
- . Uma criança de três anos é forte o suficiente para empunhar uma arma e disparar o gatilho.

²³ Veja o projeto “Justiça para o Século XXI” em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/>

²⁴ Veja, por exemplo, “Restorative Practices Guide and Toolkit” orientações criadas pelo Chicago Public Schools Office of Social & Emotional Learning: https://blog.cps.edu/wp-content/uploads/2017/08/CPS_RP_Booklet.pdf

²⁵ Prescott, J. W. **Body Pleasure and the Origins of Violence**. Bulletin of the Atomic Scientists, 31(9), 10–20, 1975. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1080/00963402.1975.11458292>

. A grande maioria dos casos de suicídio de crianças e adolescentes nos envolve uma arma de um membro da família que não estava guardada de modo seguro.

. Crianças não sabem a diferença entre uma arma de brinquedo e uma arma verdadeira.²⁶

42. As escolas devem aconselhar pais, mães ou responsáveis legais que crianças e adolescentes estão mais seguros em casas onde não há armas de fogo. Se há uma ou mais armas de fogo na residência, os adultos têm a obrigação de guardá-las desmuniçadas em local seguro e longe da visão. Munições devem ser guardadas separadamente e também longe da visão. Há várias maneiras de guardar uma arma com segurança. Abaixo, selecionamos três exemplos:



a) Tranca com cabo



b) Cadeado de gatilho



c) Cofre de armas

43. É comum que crianças e adolescentes frequentem casas de amigos e parentes. Antes de autorizar seus filhos a frequentar a casa de alguém, pergunte aos proprietários se eles possuem armas de fogo e, em caso positivo, como guardam essas armas.

A seguir, na conclusão desse Protocolo, apresentamos uma proposta de “checklist” para as escolas a respeito de segurança, elencando aspectos que vão

²⁶ Todos os dados dizem respeito à realidade dos EUA, fonte: Gun Safety Tips, Children’s Hospital of Philadelphia.

https://injury.research.chop.edu/sites/default/files/documents/chop_gun_safety_flyer.pdf

desde a natureza dos prédios e equipamentos, até as características do clima escolar, as abordagens antibullying, a identificação dos riscos e o tratamento dos conflitos. Esse instrumento tende a ser bastante útil para que as escolas identifiquem melhor as necessidades de prevenção assim como os pontos frágeis a serem superados. Para o Município, o *checklist* também disponibiliza um conjunto de informações imprescindíveis para medir os esforços realizados pelas direções e os avanços conquistados em cada escola. A proposta é que o *checklist* de cada escola seja disponibilizado na Internet de forma que todos possam acompanhar a realidade das escolas.

Cheklist de segurança nas escolas		Sim	Algo precisa ser feito	Não se aplica
Sobre as salas de aula, manutenção e acessibilidade	1. O piso interno está em boas condições?			
	2. Há degraus ou mudanças de nível no piso que precisem ser marcadas para prevenir quedas?			
	3. O telhado e o forro estão em boas condições, sem goteiras ou infiltrações?			
	4. A escola é mantida limpa?			
	5. As instalações elétricas, fios e tomadas estão em bom estado?			
	6. A iluminação das salas de aula é clara o suficiente?			
	7. As classes e cadeiras estão em bom estado de conservação e não apresentam riscos para ferimentos?			
	8. As salas de aula são arejadas o suficiente e permite boa iluminação natural?			
	9. A escola é acessível para cadeirantes?			
Sobre os equipamentos	10. Os equipamentos permanentes estão em boas condições e estão bem fixados, por exemplo, armários, expositores, estantes?			
	11. A escola possui computadores que podem ser acessados pelos alunos?			
	12. A escola possui sala ou salas com recursos multimídia?			
Sobre o clima escolar	13. A escola conta com banheiros para uso preferencial de cadeirantes?			
	14. O uso de uniforme é obrigatório na escola?			
	15. Os alunos conversam entre si de forma respeitosa e sem medo?			
	16. Os alunos costumam conversar com os professores fora de sala de aula, sem dificuldades, e de forma respeitosa?			
	17. Os professores costumam defender alunos que são, por alguma razão, alvo de chacotas?			
	18. Os professores toleram que os alunos tratem algum colega com apelido humilhante?			
	19. Há comissões de solidariedade formadas por alunos em todas as turmas?			
	20. Os professores e funcionários recebem o devido apoio para sua capacitação em estratégias de prevenção à violência?			
	21. Há uma rede de atenção básica, com profissionais da área da Saúde e do Serviço Social, em relação constante com as direções das escolas?			
	22. A taxa de evasão na escola é menor hoje do que há 12 meses?			
	23. Nos últimos 12 meses, a escola fez pesquisa para medir a incidência e a natureza do <i>bullying</i> ?			
	24. Os registros de atos de indisciplina de alunos na escola diminuíram nos últimos 12 meses?			
	25. Os registros de <i>bullying</i> entre alunos da escola diminuíram nos últimos 12 meses?			
	26. Os registros com casos de violência física entre alunos da escola diminuíam nos últimos 12 meses?			
	27. A escola conta com evidências de que alunos, professores e funcionários se sentem mais seguros hoje do que se sentiam há 12 meses?			
Prevenção à incêndio	28. Há extintores de incêndio na escola?			
	29. Os extintores são em número suficiente?			
	30. Os extintores estão dentro do prazo de validade?			
	31. A escola conta com brigadistas anti-incêndio?			
	32. Há procedimentos claros de evacuação da escola em caso de incêndio conhecidos por todos?			
	33. Há responsabilidades definidas para a ajuda necessária a crianças e pessoas com dificuldades de locomoção em caso de evacuação?			
	34. É vedado na escola o uso de equipamentos à gás para aquecer ambientes, como estufas?			
	35. Há obstáculos físicos que impedem ou dificultam a entrada de um carro dos bombeiros na escola?			
	36. A escola realiza treinamentos para procedimentos de evacuação de emergência, incluindo simulações?			

Áreas de circulação	37. Todas as áreas de circulação interna na escola permitem a vigilância natural (ou seja: todas as áreas de circulação são facilmente visíveis pelos adultos)?			
Áreas de recreio	38. A escola garante que os estudantes sejam sempre monitorados por adultos em seus espaços de recreio?			
	39. Os equipamentos disponíveis nas áreas de recreio estão em bom estado de conservação, não oferecendo riscos de ferimentos?			
Identificação de riscos	40. A escola possui um Grupo de Avaliação de Riscos que atue permanentemente, monitorando ameaças à segurança e propondo medidas preventivas?			
	41. A escola mantém articulação sistemática com a rede de serviços públicos, com reuniões periódicas com os responsáveis pela saúde, pela assistência social e pela segurança no território?			
	42. A escola disponibiliza umas ou outros recursos que facilitem que os alunos encaminhem denúncias anônimas sobre riscos e ameaças?			
	43. A escola comunica ao Conselho Tutelar os casos de automutilação observados?			
	44. Há uma interação permanente entre a Escola e sua Comunidade, com diálogo entre professores e familiares e com atividades conjuntas?			
Controle de acesso	45. A escola possui um único ponto de entrada e saída, para professores, alunos, funcionários e visitantes?			
	46. A escola possui área própria de estacionamento?			
	47. O estacionamento da escola é protegido por portão, de forma que apenas pessoas autorizadas possam acessá-lo?			
	48. Pessoas que não integram a comunidade escolar são identificadas e registradas quando visitam a escola?			
	49. Há pontos frágeis em cercas, muros ou portões que permitiriam, com certa facilidade, a entrada não autorizada na escola?			
Política antibullying	50. A escola possui abordagem antibullying definida, com orientações claras à comunidade escolar?			
	51. Em caso positivo, essa política está explícita em documento, cartilha impressa ou em material disponível na Internet?			
	52. A escola aborda conteúdos específicos com seus alunos e desenvolve atividades culturais determinadas e sistemáticas direcionadas à promoção da igualdade racial?			
	53. A escola aborda conteúdos específicos com seus alunos e desenvolve atividades culturais determinadas e sistemáticas direcionadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres?			
	54. A escola aborda conteúdos específicos com seus alunos e promove atividades culturais determinadas e sistemáticas direcionadas à prevenção da homofobia?			
Disciplina	55. A escola possui regras disciplinares claras, onde constem os direitos e os deveres de alunos, professores e funcionários?			
	56. A escola possui documento específico onde constem os procedimentos a serem observados por alunos, professores e funcionários diante de conflito ou situação que envolva suposta violação de direito ou descumprimento de dever?			
	57. As regras disciplinares da escola estão impressas em documento próprio para divulgação ou disponíveis na Internet?			
	58. Os procedimentos a serem observados por alunos, professores e funcionários em casos de conflito, ou situação que envolva suposta violação de direito ou descumprimento de dever estão impressos em documento próprio para divulgação ou disponíveis na Internet?			
	59. A escola conta com professores capacitados em Justiça Restaurativa?			
	60. A Justiça Restaurativa é o método normalmente empregado para tratamento de conflitos na escola?			

Rede de Apoio	61. A escola conta com a colaboração sistemática de psicólogos da rede pública municipal?			
	62. A escola conta com a colaboração sistemática de assistentes sociais da rede pública municipal?			
	63. A escola conta com a colaboração sistemática da Guarda Municipal?			
	64. A escola conta com a colaboração sistemática da Brigada Militar?			
	64. A escola conta com a colaboração sistemática da Polícia Civil?			
	65. A escola conta com a colaboração sistemática do Corpo de Bombeiros?			